



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 207

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 8 DE DEZEMBRO DE 2017

ANO VI



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	4001
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	4003

TAQUIGRAFIA

ATA DA 43ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE A CRIAÇÃO DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ATEN- DIMENTO SOCIEDUCATIVO – FEASE.

Em 16 de novembro de 2017

Presidência do Sr.
LÉO MORAES - Deputado

(Às 15 horas e 37 minutos é aberta a Sessão)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores boa tarde! A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, após aprovação em Plenário de Requerimento do Exmº. Sr. Deputado Estadual Léo Moraes, realiza nesta data Audiência pública, objetivando debater sobre a Criação da Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo – FEASE, no Estado de Rondônia.

Convidamos para compor à Mesa o Exmº. Sr. Deputado Léo Moraes, Proponente desta Audiência Pública. Exmº. Sr. Dr. Marcelo Tramontini, Juiz da Vara de Infância e Juventude. Exmª. Sra. Sirlene Bastos, Secretária Adjunta da SEJUS. Exmº. Sr. Leandro Gandolfo, Promotor de Justiça do Ministério Público Execução Penal. Exmº. Sr. Victor Hugo, Defensor Público – Defensoria Pública do Estado de Rondônia. Dr. Ezequiel Roque, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB. E a Sra.

Daihane Gomes, Presidente da Associação dos Agentes Penitenciários e Socioeducadores do Estado de Rondônia. Convidamos o Exmº. Sr. Deputado Estadual Anderson do Singeperon, para que possa também compor à Mesa.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Invocando a proteção de Deus, nós iniciamos esta Audiência Pública que tem a finalidade de discutir a criação na Fundação do Sistema Socioeducativo, suas implicações e, logicamente, colher a opinião de todos os Socioeducadores.

Sejam todos bem-vindos, boa tarde.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para cantarmos o Hino Céus de Rondônia, Letra de Joaquim de Araújo Lima e Música de José de Mello e Silva.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) - Podem sentar. Muito obrigado. Antes das palavras de Sua Excelência Sr. Deputado Léo Moraes, registramos a presença do Exmº. Sr. Leonardo Werneck, Defensor Público da Defensoria Pública do Estado de Rondônia; Dr. Gabriel Tomasete, Advogado, representando aqui o SINGEPERON, Advogado do SINGEPERON. Sr. Éder Fernando Machado, Vice-Presidente do Conselho Regional de Serviço Social. Senhoras e Senhores Socioeducadores. O Exmº. Sr. Dr. Éverson Pini, Deputado Léo Moraes, apesar de ele ter confirmado a sua presença neste evento, pediu escusas, tendo em vista, um problema familiar, o pai está na UTI. Então, ele pediu para que Vossa Excelência reconsiderasse a presença dele nesse momento, Dr. Éverson Pini.

Com a palavra Sua Excelência, o senhor Deputado Léo Moraes.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Bem, mais uma vez boa tarde a todos, é um prazer muito grande recebê-los na Assembleia Legislativa, que pese as dificuldades, nós sabe-

MESA DIRETORA

Presidente: MAURÃO DE CARVALHO
1º Vice-Presidente: EDSON MARTINS
2º Vice-Presidente: EZEQUIEL JUNIOR

1º Secretário: EURÍPEDES LEBRÃO
2º Secretário: ALEX REDANO
3º Secretário: DR. NEIDSON
4ª Secretária: ROSÂNGELA DONADON

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Departamento legislativo - Huziel Trajano Diniz
Divisão de Publicações e Anais - Róbison Luz da Silva

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

mos que esse é local adequado, propício para mediar os conflitos, as dificuldades, minimizar os problemas enfrentados por categorias, por coletivos, pela sociedade em geral. Por isso, a gente fica muito feliz quando tem prestígio, quórum e quando as pessoas entendem essa necessidade. O motivo é muito claro, é flagrante desta Audiência Pública que é para nós discutirmos a criação da Fundação do Sistema socioeducativo. E gostaria de antes de saudar as autoridades presentes, de externar o que foi debatido em nossa Sessão de Instrução Legislativa que aconteceu na segunda-feira, com a participação de várias autoridades, posso destacar aqui o Secretário de Finanças do Estado, o senhor Wagner; o Cristiano, Assessor Executivo da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão; a Superintendente de Assuntos Estratégicos, quem redige, quem elabora as mudanças dentro do Governo, como a minirreforma administrativa; nós tivemos o Átila, cadê o Átila, está ali, falando em nome dos socioeducadores naquela oportunidade, outras colegas socioeducadoras que estavam presentes; Sirlene, Secretária Adjunta de Justiça; o Dr. Marcelo Tramontini, Juiz da Vara da Infância e Juventude; assim como o Dr. Éverson Pini, Promotor. E de lá, eu tenho aqui a Ata e tivemos vários encaminhamentos. Eu posso aqui sem fazer a leitura e se alguém entender que faltou alguma questão que nós deliberamos lá, fique à vontade para falar. Mas, nós encaminhamos que até o final de fevereiro deve encaminhar o Plano de Cargos e Carreiras da atividade de socioeducador, além disso, o Estatuto dentro do mesmo prazo, final de fevereiro; eram 120 dias, acabamos diminuindo e também ao mesmo tempo deixando que tivesse um prazo razoável por parte do Estado para que não erre e passe a prejudicar todos os servidores. E também ficou consignado na nossa Audiência de Instrução, o chamamento dos concursados aprovados para atividade de socioeducador, haja vista, que não é uma nova conquista e sim uma reposição, afinal, muitos socioeducadores entraram, ingressaram em outras carreiras como Polícia Militar, Polícia Civil, passaram em concursos no Acre, foram transpostos, aposentados e tantas outras atividades. Então, isso nós já deixamos convencionados na nossa instrução legislativa. Dr. Ezequiel, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB, também se fez presente. A partir daí, até estava conversando agora, que boa parte do encaminhamento foi feito mesmo naquela Sessão de Instrução Legislativa. O Dr. Gabriel Tomasete, também que é advogado do Sindicato, do SINGEPERON e que à época tratou da discussão, da criação do Sistema Socioeducativo em Rondônia, também estava conosco nesse debate muito rico. A Secretária, Superintendente de Assuntos Estratégicos, ela comentou que está chegando aqui, ela é importante nesta tratativa. Queremos agradecer, registrar a presença, está aqui, ela está à paisana. Se você puder Rosana, você pode participar aí, ou a gente pode te chamar para a Mesa, como for melhor. Se puder chamar para a Mesa, é importante porque é da Superintendência que elaboram os projetos, é importante que esteja aqui conosco.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Se Vossa Excelência me permite, já vou aqui registrar a presença da Rosana Cristina Vieira, Superintendente da SEAE; o Senhor Luciano Torres, Presidente do Conselho Regional de Serviço Social e o Padre José Geraldo da Silva, representando a Pastoral do Menor.

O Sr. LÉO MORAES (Presidente) – Nós vamos passar a palavra para os membros da Mesa para que a gente possa ser resolutivos aqui na nossa Audiência.

Vamos passar a palavra para senhora Secretária Adjunta, Sirlene Bastos, para que faça sua explanação inicial aqui na Audiência Pública, já agradecendo a presença, a disponibilidade e cuidado que tem tido em relação a essas tratativas.

A SRA. SIRLENE BASTOS – Boa tarde a todos! Na figura do Deputado Léo Moraes, quero cumprimentar os demais na Mesa. Nós tivemos uma Audiência Instrutiva e acredito que foi bastante proveitosa, onde todos os órgãos ou os executores da execução da socioeducação estão totalmente envolvidos nesse processo desde os técnicos até a Promotoria, a Defensoria Pública, o Judiciário e agora nesse momento a Assembleia Legislativa. Agora é o momento da aprovação ou das reconsiderações ou das contribuições que nós podemos fazer nessa nova estruturação do sistema de socioeducação através da Fundação. E para mim que participei e trabalhei junto com os técnicos, para mim é um prazer ver que realmente o Sistema Socioeducativo, ele vai ter outra conotação dentre os demais órgãos públicos do Estado. Então, realmente é uma política ou um órgão realmente que vai tratar exclusivamente da socioeducação. Então, das deliberações para mim, ficaram perfeitas inclusive algumas deliberações, é preciso de outras questões com os demais órgãos do Estado, foi tratada a questão do efetivo e realmente nós temos essa necessidade, foram tratadas outras questões, foi levantado também pelo Átila, se não me falha a memória a respeito dos três atendimentos de socioeducação que seria, aliás, das três unidades que seriam a internação e do semiliberdade, depois virão outros temas aqui, e aí nós temos os técnicos também que vão poder explicar de uma melhor forma o que foi me perguntado lá na Audiência de Instrução, para que os senhores pudessem ficar mais tranquilos nesse novo atendimento, que tem que ser montado um programa para esse atendimento. Mas, nós estamos em fase de construção, nada vai ser feito de uma hora para outra, eu sei que isso incomoda que vocês estão numa unidade de repente na possibilidade de ir para outra unidade, de repente possam ficar apreensivos, mas, isso nós estamos em construção ainda, nós estamos discutindo também com a Defensora, com a Promotora Dra. Sandra, que faz o atendimento do provisório. Então, assim, nós estamos em fase de construção, só queria deixar os senhores bem tranquilos em relação a essa questão do novo atendimento que seria o atendimento de semiliberdade, e aí depois durante a continuidade se tiverem alguma dúvida a respeito disso. Então, eu gostaria de agradecer mais uma vez aqui ao Deputado Léo Moraes, que sempre está preocupado com essa questão; Deputado Anderson, que não tem como ficar preocupado porque a origem dele é da SEJUS. E estamos à disposição dos senhores para o debate.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecemos a intervenção inicial da Secretária Adjunta Senhora Sirlene. Deixando claro que Audiência Pública tem o interesse em ouvir a todos. Então, caso queiram se manifestar, acessem aí o Cerimonial da nossa Casa, que certamente vocês serão inscritos,

utilizarão a Tribuna e lógico que as falas ficarão registradas nos Anais da Casa Legislativa e também irão colaborar com o nosso processo decisório, é importante que vocês participem.

Passar a palavra para o senhor Victor Hugo de Souza, Defensor Público, da Defensoria que está aqui conosco para também participar. Se quiser utilizar a Tribuna fique à vontade, a palavra está franqueada para o senhor.

O SR. VICTOR HUGO DE SOUZA – Muito boa tarde a todos os presentes. Gostaria de cumprimentar os membros da Mesa, na pessoa do Deputado Léo Moraes, agradecer o convite e falar em nome do Defensor Público Geral, que a Defensoria Pública está sempre aberta a participação desse processo democrático de discutir com os interessados os projetos que são de interesse na verdade da sociedade como um todo. Em relação a esse Projeto da Fundação, até uma coincidência eu estar aqui hoje, porque na verdade eu iniciei no início desse ano atuando na Infância, na Vara da Infância junto como Dr. Marcelo, 1º Juizado da Infância, e no momento eu me ausentei dessa titularidade e estou ocupando outra titularidade, mas, por um compromisso da Dra. Silmara, que se encontra viajando, eu pude estar aqui hoje. E ao falar desse Projeto, posso dizer que é um prazer estar aqui hoje para tratar dele, porque desde início da criação, de se pensar, eu iniciei essa participação desde o dia que o Dr. Marcelo convocou uma reunião com todos os atores do Sistema Socioeducativo e nesse dia, lançou essa ideia que foi abraçada por todos os presentes tanto do Judiciário, do Executivo, do Ministério Público, da Defensoria, dos Socioeducadores que estavam presentes e aí sim, se iniciou um trabalho que está quase chegando a um desfecho com a aprovação desse projeto, que certamente representará uma grande mudança, não só legislativa, mas, de paradigma no tratamento dos adolescentes. A necessidade de que haja esse atendimento especializado e que esse atendimento especializado possa realmente representar uma mudança na vida desses adolescentes que como quem trabalha, nós que trabalhamos lá sempre vemos que há sempre um contexto social e familiar muito precário. Então, Deputado é uma honra estar aqui, houve reuniões da qual eu participei e sempre foi permitida uma participação de todos, se trata, portanto, de um processo democrático em que todas as pessoas envolvidas puderam participar e acredito que a aprovação, o desfecho disso com a aprovação desse projeto melhorará e muito o atendimento aos adolescentes. Então são essas palavras iniciais que eu queria deixar, agradeço o convite.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Nós que agradecemos, muito obrigado Victor Hugo, mande lembranças e um abraço fraterno no Dr. Marcos Edson, Defensor Público Geral do Estado de Rondônia.

Vamos passar a palavra para o Dr. Leandro Gandolfo, Promotor de Justiça, Ministério Público Execução Penal, seja bem-vindo, a palavra está franqueada ao senhor.

O SR. LEANDRO GANDOLFO – Boa tarde a todos. Eu gostaria primeiramente de cumprimentar os membros da Mesa, na pessoa do Deputado Anderson, os demais membros, Deputado Léo Moraes, e agradecer também o convite. Inicialmente em relação a essas alterações que estão vindo, elas são de uma repercussão um tanto grande, ela se refere a praticamente toda a administração do Estado, e há reflexos evidente-

mente que haverão de ocorrer em várias frentes quanto qualquer tipo de reforma nessa magnitude evidentemente vai ter pontos positivos e outros possivelmente nem tantos. Em relação especificamente ao tratamento que se espera que venha a ser dado aos menores em conflito com a lei, evidentemente quanto mais especializado for à mão de obra que vai tratar deles, certamente melhor será o tratamento que vai lhe ser dado. E justamente por isso é muito bem-vinda essa alteração, por outro lado a de se observar, no entanto, os aspectos administrativos públicos, quais sejam? Quem realmente estará à frente disso e de que forma? Evidentemente que os agentes haverão de ser concursados, mas, há certa preocupação em relação aqueles cargos comissionados, especificamente se haverá ou não a capacidade administrativa desses; em gerir uma pasta tão importante e tão sensível quanto esta. Nós já tivemos em oportunidades pretéritas situações similares, cujos resultados não foram assim tão bons justamente por quem estava à frente administrativamente da pasta, não estava a sua altura. Era comum em tempos pretéritos que a pessoa na posição de Presidente da Fundação fosse sempre colocado como a esposa do Governador, isso às vezes pode ser bom, outras não, depende evidentemente quão preparada, é essa pessoa para administrar uma pasta, volto a dizer, tão importante e ao mesmo tempo tão frágil quanto esta que se propõe. Então o mais importante no que se vê, é o arcabouço do que aquilo que for feito, essas várias Secretarias que tipo guarda-chuva, que guardam entre si diversas demandas diferentes, e, que algumas delas, pessoalmente, considero que não tenham sido tão bem pensadas, talvez fosse melhor repensá-las, inclusive, o motivo da existência desse tipo de Audiência para que possamos melhorar aquilo que é apresentado. No que se refere especificamente a Fundação por si e em si, não há propriamente algo de errado, há o perigo, no entanto, em relação a quem comporá esses cargos comissionados. Seriam talvez o interesse então como encaminhamento que dentro da normativa que venha a tratar dela, já se coloque aqui as pessoas que estiverem a sua cúpula, deverão de algum modo ter algum preparo anterior, seja profissional, seja acadêmico, para poder estarem a frente disso para não repetirmos erros que já ocorrem no passado. Hoje um pouco antes de entrar aqui, comentava com a Dahiane que a história é importante justamente para que a gente não repita erro. Um dos erros que nós já tivemos, ao tempo que isso já foi uma Fundação, foi este de permitir que quem estava à frente, não tivesse nenhuma experiência administrativa, e isso nos trouxe resultados que não foram muitos agradáveis e o resultado foi por fim a extinção, e agora finalmente a recriação da Fundação procurando então, destacá-la. E o correto destacar, certamente é um trabalho mais especializado e deve ser mesmo destacado daquele geral. No entanto, volto a dizer como encaminhamento até já falando em nome do Ministério Público, seria de bom tom que a cúpula que vier a ocupar esses cargos de comissão da Fundação sejam necessariamente ocupados por pessoas que de algum modo estejam preparados administrativamente para o cargo que venham a ocupar, ou seja, tenha uma formação acadêmica ou pelo menos profissional que de algum modo lhes prepare para a atuar na pasta. Essa é a nossa maior preocupação. Eu agradeço.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Eu que agradeço, nós que agradecemos, o Poder Legislativo que agradece a partici-

pação do Ministério Público. Enquanto agente político eu comungo da sua ideia, da sua preocupação de que dentro da Fundação os diretores, os cargos de chefia sejam ocupados por integrantes do sistema socioeducativo. É um projeto que eu apresentei aqui, a Dahiane bem lembra, para que todos os diretores e gerentes do sistema prisional todos da SEJUS, fossem de carreira e nós conseguimos votar e aprovar no plenário, porém, o Executivo vetou nosso projeto e depois conseguiu manter o veto com a força política que tem dentro desta Assembleia. Então nós vamos retomar esse debate, porém com o apoio hipotecado das instituições, eu tenho certeza que nós vamos avançar nesse sentido, é muito importante que isso fique registrado.

Vamos passar a palavra para o Dr. Marcelo Tramontini, Juiz da Vara da Infância e Juventude, que tem colaborado e muito com debate legislativo com muita sensibilidade ouvindo a todos, a gente fica muito feliz por conta disso. Por favor, a palavra está franqueada ao senhor.

O SR. MARCELO TRAMONTINI – Boa tarde a todos, Srs. Deputados Léo e Anderson, nas pessoas de quem eu cumprimento todos os integrantes da Mesa e os parabeno novamente por esta oportunidade aqui desta audiência pública em relação ao projeto da Fundação. Como já conversávamos um pouco antes eu e o Deputado Léo Moraes a respeito dessa audiência pública, nós tivemos então audiência de instrução na segunda-feira agora a tarde e essa audiência de instrução acabou avançando, foi muito produtiva, foi tão produtiva que penso que avançou sobre muitos dos temas que poderiam ser hoje debatidos aqui nesta audiência pública, eu penso que até esvaziou um pouco o que podia ser falado em razão realmente de que foi muito produtiva, muito boa e muito eficiente aquela audiência de instrução. Então não vou ser aqui repetitivo, penso que o que havia para eu falar inicialmente a respeito desse projeto que foi bem falado na segunda-feira, não vou me repetir nem me alongar muito. O que eu gostaria de acrescentar em relação ao que já foi colocado na segunda-feira é a nossa preocupação de que não só se faça a fundação, mas, se crie mecanismos para evitar ingerências políticas na definição dos quadros dessa fundação, dos quadros de direção dessa fundação, que seja uma fundação eminentemente técnica com profissionais qualificados, prestigiando sempre os socioeducadores também nos cargos, porque sei que tem muita gente qualificada no meio e condições de bem gerir essa fundação. O Governador havia assumido um compromisso de que queria realmente que não houvesse nenhum tipo de ingerência política nessa fundação e que apresentaria um projeto de lei que abrangesse não apenas a fundação, mas, todas as entidades de administração indireta do Estado de Rondônia para evitar ingerência política em todas elas. Espero que esse projeto de lei realmente exista, que já esteja aqui na Assembleia, mas, que independente deste projeto de lei que a Assembleia Legislativa consiga construir algo específico para essa fundação em seu Regimento Interno, no seu estatuto para que ela realmente seja blindada e seja uma fundação técnica profissional e que atinja suas finalidades o mais rápido possível. Boa tarde a todos.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Registrar também a presença do Diretor Social do Sindicato dos Agentes Penitenciários Ronaldo Rocha.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Passamos a palavra, em ato contínuo, ao Dr. Ezequiel Roque, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB.

O SR. EZEQUIEL ROQUE – Boa tarde. Saúdo a todos que compõem a Mesa na pessoa do nosso Exmº Deputado Léo Moraes, e a todos que estão presentes na pessoa do nosso querido Padre Juquinha, da Pastoral do Menor. É um prazer estar com vocês aqui nesta tarde e parabenizamos a esse bom trabalho do Ministério Público, da Justiça da Infância e da Juventude e do Governo do Estado de Rondônia de criar essa fundação. Nós entendemos que é algo de grande importância desvincular o atendimento socioeducativo da Segurança Pública, então nós sabemos que isso é fundamental, isso já é debate em todo o Brasil e o Estado de Rondônia tem despontado nessa iniciativa de realizar esse tipo de desvinculação, mas ainda como OAB, ainda temos alguns pontos que eu acredito que a sociedade deve debater mais sobre o assunto da fundação. Nós entendemos que a fundação pode simplesmente se tornar uma organização da mesma forma que funciona hoje dentro da Secretaria de Justiça, um órgão que ainda tem muitas deficiências e que existem problemas que ocorrem há anos, e, nunca são resolvidos, e que causa violação dos direitos humanos de adolescentes autores de ato infracional. Até fazer uma correção, Deputado Léo, a informação aqui no projeto de lei trata o adolescente como 'infratores' e o termo correto é 'adolescente em conflito com a lei'. Então a gente tem até que fazer essa correção aqui no projeto porque não se chama 'adolescentes infratores', pelo Estatuto da Criança e Adolescente e pelo SINASE é 'adolescente em conflito com a lei'. Então nós precisamos criar uma fundação que realmente alcance o objetivo que nós temos aqui que é melhorar a situação do sistema socioeducativo. Criarmos uma fundação só para mudar o nome e termos uma estrutura completamente viciada com os mesmos problemas, isso não vai resolver o problema do Estado de Rondônia. Então, a iniciativa é excelente porque já é um passo muito bom, mas nós temos que tomar muito cuidado, nós estamos fazendo uma pesquisa junto aos Presidentes das Comissões de Direitos Humanos da OAB em todo o Brasil e nos Estados onde possuem as Fundações que deixaram de ser parte das Secretarias e se tornaram Fundações, nós identificamos que o problema que existia dentro das Secretarias, eles acabaram acontecendo também dentro das Fundações. Claro que melhor em relação à Gestão, Gestão Orçamentária, Gestão Administrativa, melhora um pouco porque pela Fundação, você tem capacidade de captação de recurso de uma forma mais ampla do que dentro de uma Secretaria. Só que os problemas continuaram, e é isso que nós temos que tentar evitar aqui no Estado de Rondônia. Nós estamos dando um passo, que é um passo muito interessante, mas, que nós temos que dar um passo bem seguro, sabendo que temos um desafio pela frente a ser enfrentado. Aproveitamos este momento agora para justamente caminharmos da forma certa, resolver os problemas crônicos que existem. Quando nós visitamos as unidades de interação no interior nós temos a clara certeza de que tem muitas coisas erradas. Quando você vai à cidade do interior do Estado de Rondônia, aqui em Porto Velho não acontece isso na Capital, mas, no interior você tem acoplado, você tem no mesmo espaço físico, você tem o presídio junto com a unidade socioeducativa. Todos nós sabemos que isso daí não pode continuar acontecendo dentro do Estado de Rondônia, nós temos que mudar situações como esta. Então nós entendemos que esta é a grande chance, é a grande hora de começarmos a fazer mudanças radicais que precisavam acontecer para que haja uma melhora nesta situação.

Nós entendemos que este debate, ele deve se estender não somente em relação à mudança para a fundação, mas, em relação a várias outras situações que precisam ser deba-

tidas, e eu chamo novamente a participação de todos os órgãos envolvidos neste sistema. Como eu falei na nossa reunião, na última reunião, nós precisamos estar presentes aqui, precisam estar presentes os Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente, tanto o municipal como o estadual, precisam estar presentes os Conselhos Tutelares aqui, precisam estar presentes a sociedade civil que atua diretamente na área da infância e da adolescência que atua nesta área socioeducativa. Este debate ele é muito importante. Chamando novamente, alertando a situação que agora se cria um Projeto de Lei criando a Fundação, mas vai ter um caminho a percorrer ainda na criação dos Estatutos, dos Regimentos, e esta parte para mim que é a mais fundamental, porque aqui é um Projeto de Lei que vai gerir administrativamente, politicamente, mas, a realidade do funcionamento vai depender muito do Estatuto do Regimento desta Fundação. E este Regimento e este Estatuto da Fundação, ele deve ser trabalhado de uma forma muito democrática, e onde deve haver, tem que haver a participação da sociedade civil neste debate, nesta conversa, neste diálogo, para que possamos ver uma melhora realmente desta situação.

Então nós como OAB, nós parabenizamos, entendemos que é um primeiro passo, mas, temos as nossas ressalvas, porque nós temos muita preocupação que não ocorre simplesmente igual aconteceu em vários outros Estados. O nome Fundação ainda me dá arrepio, porque eu sou de origem do Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro nós tínhamos a FEBEM, pertinho da gente tinha a FUNABEM em São Paulo, e são Fundações que tinham o nome de Fundação, mas, que funcionavam terrivelmente e todos nós sabemos. Hoje existe a Fundação CASA que também é uma Fundação, mas, que continua com problemas crônicos e terríveis.

E nós podemos fazer a diferença em Rondônia, nós podemos não só mudar o nome, transformar, criar outro órgão, uma Autarquia como pode se chamar, mas, nós podemos mudar a história da realidade socioeducativa no Estado de Rondônia. E é para isso que nós estamos aqui como OAB, querendo apoiar este projeto, entendendo que deve haver uma participação forte da sociedade para termos uma construção bem feita, bem elaborada e que alcance o objetivo que nós queremos.

Muito obrigado pela oportunidade. Estamos à disposição.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigado. Nós agradecemos o Ezequiel que sempre está conosco aqui na trincheira em defesa também de benefícios aos servidores, além da sua prerrogativa da sua atribuição primaz que é trabalhar Direitos Humanos como um todo, de forma muito plural, uma visão holística do que é, realmente, Direitos Humanos.

Nós vamos passar a palavra agora para a senhora Dahiane Gomes, que é Presidente da ASPEN, Associação dos Agentes Penitenciários e Socioeducadores do Estado de Rondônia. Logo após o senhor Ronaldo do SINGEPERON.

A SRA. DAHIANE GOMES – Boa tarde a todos; boa tarde aos meus colegas; boa tarde ao pessoal da Mesa. Eu vejo com muita apreensão todo este olhar e este cuidado em saber como o menor em conflito com a lei a partir de agora vai ser tratado. Vejo, entendendo que deva ser desta forma, sim, realmente. Mas e o olhar para o servidor? É compreensível que todos os colegas que estão aqui, que passaram falando comigo a semana toda, fiquem apreensivos. Porque se até este momento o Governo do Estado de Rondônia não os assistiu, não os amparou

da maneira como eles necessitavam. O que é que desta forma daqui para frente vai ser diferente para com os servidores. É interessante sim, que a gente tenha o cuidado que faça com que o SINASE seja cumprido, é interessante, claro que é, mas e os servidores, como é que ficam? E o cuidado com eles? Houve a rebelião na medida unidade sentenciada lá no Rio de Janeiro? Colegas lá desenvolveram transtornos psicológicos tão graves que nem conseguiam sair de casa, nem conseguiram, aliás. Aí eu pergunto, o que a Secretaria de Estado e Justiça hoje, o governo do Estado de Rondônia, olhou para esses servidores e falou: “poxa, vamos lá ver como eles estão, vamos ampará-lo de forma eficaz?”. Porque ele é a engrenagem mais importante ali dentro, são eles que fazem aquilo funcionar, são eles que fazem o que os menores realmente têm de direito, o que a Lei diz que eles têm de direito e muitas coisas não acontecem ali, justamente, pelo baixo efetivo e pela vontade mesmo do próprio Governo do Estado fazer com que funcione. Então, a minha apreensão também como as dos colegas que me procuraram, como é que nós ficamos no caso dos socioeducadores. Vai ter um plano de segurança nessa Fundação para que eles não fiquem desassistidos, porque hoje, mais uma vez, eles ficaram reféns na última rebelião que teve. Então, a preocupação é valorização salarial, como é que vai ficar para eles? São mais perguntas do que respostas. Então é compreensivo sim que haja esse receio, porque se até hoje, não houve por parte do Estado que fossem estendidas as mãos para eles, o que faz ter a certeza que vai ser diferente daqui para a frente. Então, fica aqui só essa observação.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Parabéns, é ponto pacífico de todos que até agora utilizaram a palavra, de que, tem que ter muito cuidado em criar a Fundação e continuar o mesmo status quo, a mesma situação de atenção aos servidores.

Fiz vistoria, uma inspeção semana retrasada na unidade Rio de Janeiro, que inclusive está bem gerenciada, o Diretor me parece muito cuidadoso, mas, que é fato que, muitas vezes o servidor tem que escolher se o menor em conflito com a lei, o menor infrator, para mim é ‘menor infrator’, ele vai ter aula naquele dia ou vai ter o atendimento psicossocial ou se ele vai para a enfermagem, porque falta efetivo, e, falta o mínimo também de instrumentos de segurança para os nossos socioeducadores. Até comentou-se lá mesmo, a possibilidade de terem, taser, como é o nome? Spark, e a arma não letal, taser e colete, e isso também é uma necessidade de se debater. Se nós vamos fazer a mudança temos que deixar tudo já pré-estabelecido, tudo dentro do projeto do arcabouço do Projeto desta minirreforma, porque eles passaram apenas as alterações que legalmente devem fazer, mas, a regulamentação da atividade, todos os pormenores que são os mais importantes, não ficaram registrados no projeto geral. Então, a gente colocou uma forma de gatilho, de discutir até ao final de fevereiro e com colaboração de outros poderes, porque se vai criar fundação, a gente tem que ter uma melhoria efetiva, que ela salte aos olhos do servidor público que lá está, do poder político que é a Assembleia Legislativa e que o Estado realmente faça uma mudança que almeja, não só mudar nomenclatura e pouco fazer pelos servidores. Essa continua sendo a nossa preocupação, fruto também dessa Audiência, e nós vamos também colocar aqui e até eu já anotei aqui. PCCR, Estatuto, até fevereiro tem que passar pelo menos por três Audiências públicas aqui na Assembleia Legislativa, porque aí ninguém vai poder falar que ocorreu ao arrepio do servidor público, os servidores vão ter que estar aqui conosco, porque muitas vezes, a gente também vê que o servidor está insatisfeito,

mas, muitas vezes, é exceção, mas, muitas vezes, também acontece de não sair da sua zona de conforto para vir debater e lutar pelas melhorias que eles precisam, de forma muito clara e transparente. Hoje nós estamos aqui vendo aqui um quorum bacana. É importante que isso aconteça, porque senão o Legislador Léo, o Deputado Anderson, trabalharam de forma equivocada. Não! Não é de forma equivocada, a gente precisa saber de vocês, porque tudo é com documento, a gente faz encaminhamento, a gente faz ata, a gente deixa tudo registrado para colaborar com todos vocês.

Passar a palavra para o senhor Ronaldo, que é o Diretor Social. Ronaldo, eu te peço uma gentileza, fala aqui na tribuna porque as pessoas te enxergam, por favor.

O SR. RONALDO ROCHA – Boa tarde a todos, boa tarde ao Deputado Léo Moraes; Deputado Anderson do Singeperon; e a toda a Mesa. Boa tarde aos companheiros, especialmente ao Hamilton, nosso Diretor; Igor, que se faz presente, também ao Miller.

O meu posicionamento aqui hoje, gente é com relação à segurança, segurança do servidor como já foi bem debatido aqui, essa preocupação que é de todos, como é que vai ficar esse povo. Se eles vão ter um PCCR, se eles vão ter independência. É uma preocupação muito grande, ninguém sabe, na verdade, que rumo vai ficar os colegas socioeducadores, isso é preocupante. Eu gostaria que antes realmente de se aprovar essa Fundação, que se falasse precisamente em PCCR, que o PCCR fosse discutido, fosse aprovado, mesmo que não seja pago logo de imediato. Então, com relação aos servidores da questão trabalhista, essa é a minha preocupação. Agora, me preocupa muito também a segurança propriamente dita. O Dr. Ezequiel aqui falou uma coisa que me deixou muito preocupado. É interessante o que ele falou; desvincular o sistema socioeducativo das unidades prisionais, que não sejam afastadas. Agora, que segurança esse povo vai ter? Se hoje mesmo eles estando próximos ao presídio, acontecem coisas que os senhores nem imaginam. Por exemplo, em Cacoal os menores invadiram a unidade socioeducativa e quase que mataram os colegas lá, de terçado, de porrada. Graças aos agentes penitenciários que estão ao lado que defenderam esses socioeducadores. E agora, vão desvincular tudo? Vai ter guarita, vai ter guariteiro, vai ter PM para dá segurança a esse povo? Porque esses menores infratores só são menores no nome, mas, nos crimes que eles cometem são iguais ou piores do que o sistema penitenciário, isso me preocupa. Então, gente, fica aqui a minha ressalva quanto à segurança desses sofridos servidores. Eu sei muito bem o que é o sistema socioeducativo, porque eu como agente penitenciário já trabalhei na Unidade II, quando era lá no Pandinha, hoje, e eu sei as dificuldades. Então, gente, contem conosco, contem com o SINGEPERON.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Nós agradecemos a intervenção do senhor Ronaldo que conhece bastante a realidade, a necessidade. A Rosana, Superintendente de Assuntos Estratégicos pediu que nós tornássemos público que vai se ausentar por conta da realização da INFOPARE, que é um evento de tecnologia e ciência do Governo do Estado, mas que ela corrobora com tudo que foi discutido na Instrução Legislativa e que entende que o caminho para as mudanças é exatamente esse, que nós possamos fazer a regulamentação a várias mãos, dentro do Poder Legislativo para que depois a gente não corra atrás de melhorias que já podem ser levantadas agora.

Passar a palavra para o Deputado Anderson do Singeperon, para que ele faça uso da palavra, neste instante.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Antes, porém, Excelência, registrar a presença de sua Excelência Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Isso aí. A gente agradece a presença do Deputado Jesuíno, já passo a palavra para o Deputado Anderson do Singeperon.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON – Boa tarde a todos. Cumprimos o Deputado Léo Moraes e parabenizar por ter chamado esta Audiência. Nós estamos aqui acompanhando, nós que conhecemos um pouco desse sistema. Esse debate foi bem exaurido e tiveram alguns encaminhamentos positivos naquela Audiência de Instrução, na segunda-feira, salvo engano, e acabou esvaziando um pouco a discussão específica do projeto. Mas, eu tenho conversado com alguns socioeducadores, tenho conversado com o Sindicato, com o jurídico do Sindicato, tenho conversado também com gente de dentro do governo e estou analisando, como eu disse nas minhas falas, estou analisando o projeto, estou inclusive preparando as minhas emendas. E o que eu garanto para vocês, tanto a questão da Fundação como da Superintendência, que tem agentes penitenciários que estão aqui hoje assistindo, eu só voto favorável se a gente conseguir emplacar as emendas. Porque o que eu vejo dessa reforma, em relação ao sistema prisional e ao sistema socioeducativo, que só vai ter algum tipo de avanço se a gente conseguir fazer algumas mudanças. Eu já falei isso para o Sindicato, falei isso para alguns socioeducadores, eles sabem disso, agora a pouco estava conversando com o Juiz que é responsável por essa pasta do sistema socioeducativo, pelo Judiciário. Porque o que está se fazendo, na verdade só está se transferindo responsabilidade, mas, não tem nada, não tem uma política pública efetiva que vai melhorar o sistema prisional ou o sistema socioeducativo, isso é fato. Mas assim, existem formas, se a gente ajustar esse projeto com as emendas, que aqui é o local do debate, mandaram para cá, não houve a discussão com as entidades do jeito que seria bom ter para o projeto até chegar mais leve nesta Casa, não houve o debate. E até o próprio governo tem dúvida do projeto, que eu conversei com o Chefe da Casa Civil e ele tem dúvida também do projeto. Então, se ele tem dúvida, tem que ser exaurida à discussão. Na segunda-feira nós vamos debater outro capítulo que é a Superintendência, possível Superintendência que pode ser criada. Alguns Deputados já se posicionaram contrários, mas, primeiramente, antes de tudo, eu quero agradecer ao Deputado e Presidente desta Casa, Maurão de Carvalho, que quando eu estive lá com a Comissão de Socioeducadores, junto com o Sindicato, solicitando dele que não empurre esse projeto de goela abaixo, como alguns que acontece dentro desta Casa, que é dado parecer aqui no plenário, que figurasse para discussão justamente para a gente amadurecer o debate e tentar ajustar o que não foi ajustado lá antes de chegar aqui e ele fez. Então, tenho que agradecer ao Presidente da Assembleia por isso, porque vocês sabem, todos estavam aqui, inclusive eu, no final do ano quando veio o Projeto para aumento da alíquota do IPERON que o Parecer foi dado em Plenário e que o Governo atropelou com a base dele que é forte nesta Casa, o servidor público, todo mundo sabe disso.

Então, se o Governo quiser e eu tenho falado isso, se ele quiser pegar a base dele que é bem consolidada como bem fala o Deputado Hermínio Coelho dentro desta Casa, ele atropela e aprova o Projeto, ele aprova o Projeto, mas, o Presidente desta Casa firmou compromisso conosco de discutir,

de exaurir a discussão porque se trata de uma reforma, são mudanças que podem estar acarretando vidas no futuro e a minha preocupação que eu tenho, por isso que eu me posiciono, a priori, eu sou favorável, a priori, eu sou favorável, desde que a gente faça as alterações necessárias, se essas alterações não forem aceitas ou se houver veto ou alguma coisa que nós estamos trabalhando para não haver, porque aqui o Governo veta até quem é da base ele veta as Emendas, isso é normal os vetos aqui, mas, a gente está trabalhando de uma forma para que não venha esse tipo de veto, aí eu posso até dizer que vai ser bom, eu posso até dizer que vai ser bom. Mas, do jeito que está, da forma seca que chegou, vocês podem ter certeza que se entrar em Pauta do jeito que está, eu sou o primeiro a votar contrário, eu sou o primeiro a votar contrário esse Projeto, agora, primeiro tem que se amadurecer, tem que se discutir, colocar as Emendas do que for necessário, o Sistema Socioeducativo, não vai ser com a Fundação que vai mudar, tem muita coisa que precisa mudar, inclusive, as autoridades públicas em nível nacional olhar de uma forma diferente para esse sistema. Eu sei que são menores infratores, a Legislação, existe uma Legislação especial que rege esse sistema, só que cada vez mais os criminosos estão usando esses jovens, adolescentes, crianças, para praticarem crimes mais bárbaros contra a sociedade, e as autoridades públicas, as autoridades que podem legislar em cima disso, que inclusive o Congresso Nacional, não toma atitude mais radical em relação a isso e o crime continua avançando contra a sociedade, nós não temos pena de morte nesse País, então, nós temos que desenvolver política pública eficaz, mas, do jeito que está aqui no Estado de Rondônia, vão criar uma Fundação para continuar sendo cabide de emprego, porque já está indo para uma Secretaria que é cabide de emprego e só começando por aí eu já voto contrário a essa Fundação, mas nós temos que fazer os ajustes; as discussões para que o Projeto tenha eficácia necessária e o sistema funcione porque também do jeito que está, não está funcionando, uma Coordenadoria dentro da SEJUS que não tem autonomia nenhuma, os seus cargos são usados, o seu recurso é usado, é desviado o fim desse recurso para outras finalidades dentro do Sistema Penitenciário e vocês ficam lá sucateados, sem estrutura, sem condições, colocando a vida em risco, sem efetivo. Como é que, o efetivo, Deputado Léo Moraes, Vossa Excelência que já fez discussão sobre isso. O Deputado Jesuíno fez sobre isso. Eu também fiz sobre isso. O efetivo tinha que está em primeiro lugar, porque para se desenvolver políticas públicas dentro de um Sistema de Segurança tem que ter efetivo para fazer segurança, porque senão não vai funcionar, vai ficar o Ministério Público cobrando, movendo Ação Civil Pública; o Judiciário determinando e o Governo desesperado com as ações tentando maquiagem, é o que está acontecendo, está sendo maquiado e não é porque hoje tem um Coronel lá na SEJUS que o Sistema, vamos se dizer, que em tese está de pé. Que a gente sabe que não está. Estão aqui os Agentes Penitenciários presentes na Audiência do Sindicato, não está; o Sistema não está em pé, estão contidos, que pode explodir a qualquer momento, todo mundo sabe disso, porque não tem efetivo, não tem estrutura, não tem condições. Então, a discussão vai além de uma simples Reforma, e uma Reforma que o Governo manda para cá e ele mesmo tem dúvida dessa Reforma. É por isso que eu falo e repito para vocês, se as nossas Emendas, eu sei que tem mais Deputados trabalhando Emendas e tem que ser feitas as Emendas, quem conhece a área da Segurança tem que fazer as Emendas, se elas não forem aceitas ou se elas forem rejeitadas, eu vou propor, eu vou propor a extinção desses artigos da Reforma

que extingue a SEJUS e que também cria essa Fundação, porque não vai ter resultado prático para a sociedade, isso é fato, principalmente, para os servidores que estão ali na labuta no dia a dia.

Então, essa é a minha fala e vocês podem confiar no Deputado que vocês, a maioria de vocês elegeu, e, me colocaram aqui, entrei agora, mas, me colocaram aqui com 9.015 votos e eu tenho orgulho disso, eu tenho orgulho dessa votação e eu vou trabalhar para fazer o melhor para vocês, vocês podem ter certeza disso, eu não estou fazendo uma análise política no Projeto, eu estou fazendo uma análise técnica, vocês podem ter certeza, ouvir o Sindicato que é o representante legítimo para se ouvir e ouvindo o jurídico, principalmente. Boa tarde a todos; estou à disposição para qualquer questionamento.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – A gente parabena o Deputado Anderson, conhece, aliás, conhece como poucos, ou é o maior conhecedor da realidade da SEJUS, porque é efetivo de carreira, é oriundo, egresso; nem egresso, das fileiras, permanece ainda nas fileiras da SEJUS como Agente Penitenciário.

Palavra para o senhor Tiago Salcedo. Tiago, por gentileza, faça uso aqui. Tenho uma preocupação, nas emendas, a gente ter muito cuidado e aí os nossos colegas que estão aqui, para que eles façam gestão com os deputados, os outros deputados estaduais. Não adianta apresentar uma emenda que seja favorável, porque muitas vezes ela pode ser derrubada aqui pelo próprio plenário, pode ser vetada pelo Executivo, volta para cá e a gente tem essa articulação política e vocês são importantes. Tiago Salcedo, a palavra está com você, cinco minutos.

O SR. TIAGO SALCEDO – Obrigado. Boa tarde a todos, boa tarde a Mesa, aos amigos. É muito bom o que eu vou falar aqui agora com a questão da função do socioeducador hoje. Então, é legal que na Mesa têm aqui o Ministério Público, o Judiciário, Secretários. O quê que acontece hoje? Estão fazendo uma Fundação e qual seria a função do socioeducador? O quê que o socioeducador faz hoje? Ele tem que trancar cadeado, abrir cadeado, entendeu, fazer escolta, conter motins. Aí fala, o socioeducador tem que..., eu estava dando uma linha, o socioeducador tem que ressocializar. Como que eu vou ressocializar se eu faço a segurança? Quem cuida da segurança é o socioeducador, o socioeducador é como se fosse um agente penitenciário análogo, infelizmente. Quem vai educar, quem vai dar aula, quem vai conversar com o adolescente é o psicólogo, é a assistência social, o professor. O socioeducador, ele tem que fazer revista diária. Vai fazer uma escolta para o Judiciário, para qualquer lugar, hospital; tem que fazer as algemas, tem que algemar. Como que você vai conseguir ressocializar, qual a visão que o adolescente vai ter do socioeducador? A visão que ele vai ter do socioeducador é que ele é um agente, só nos chamam de agentes. Porque o que nós somos de uma forma análoga, somos isso. É muito bonito chegar aqui e fazer um projeto, falar: “vocês têm que ressocializar, tem que sentar na beira da grade dos meninos e conversar com eles”. O cara não vai ter nenhum tipo de confiança em você, porque o que você faz é privar ele da liberdade, porque é a gente que tem que executar. Se vai ser para sala de aula, tem que ser revistado, porque se não for revistado, infelizmente, pode acontecer situações que já aconteceram de

professor ser refém. Porque o que acontece? Adolescente em conflito com a lei. Bonito, mas, esses adolescentes que estão lá, eles cometem crimes bárbaros e eles têm uma periculosidade alta, como todo mundo já sabe, todos aqui sabem disso, toda sociedade. Então, o que acontece? Eu queria que fosse feito um plano de segurança, legal, e a função do socioeducador, tem que ser bem específico isso aí. O socioeducador não tem segurança nenhuma, igual já falaram aqui os amigos; o socioeducador, o quê que acontece? Tem um motim, às vezes, tem quatro no plantão, às vezes, tem 8, 9 adolescentes no alojamento; eles tentam matar um adolescente lá dentro. Se não entrar, o adolescente que está sendo agredido, ele pode chegar a óbito e o socioeducador, ele tem que entrar, ele tem que agir, ele tem que ser e aí o quê que acontece? Muitas vezes, já aconteceu, já sofri isso, o socioeducador tem que entrar, tem que ser de uma forma rígida. "Usou da força. A força moderada". Mas, tem que usar infelizmente, ou usa dessa força ou a gente pode perder uma vida lá dentro. Já aconteceu de ter que fazer isso e depois o adolescente em outra situação me vê e agradecer: "obrigado, me salvou naquele dia". Mas, só os que estavam agredindo, me denunciaram. Então, é isso que acontece. Eu queria uma visão, uma visão com relação à função do socioeducador, eu acho que seria muito legal. Obrigado, é isso aí.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Valeu, valeu Tiago Salcedo, parabéns, a gente que agradece. Nós estamos começando a tirar aqui os encaminhamentos. Como a questão de servidor de carreira assumir os cargos de chefia, como a questão que o Tiago já comentou; é o mesmo trabalho do agente penitenciário, às vezes, até com mais gravidade. Vamos tentar incluir no projeto que tenhamos não mais o socioeducador, mais o agente socioeducador; que essa nomenclatura possa entrar na discussão. Os prazos, eu já vi alguém comentando a respeito de 120 dias, nós vamos tentar diminuir, como já foi já foi assinado na instrução, é até final de fevereiro, não vai dá cento e vinte e dias não. A gente tem que achar alguns caminhos para que realmente seja boa a criação da Fundação.

Átila Galvão, socioeducador, vem aqui, por gentileza, fazer uso da palavra.

O SR. ÁTILA GALVÃO – Boa tarde a todos os presentes, as autoridades e aos servidores que aqui se encontram, para debater uma situação muito, a primordial penso eu para cada um de nós, que nos afeta diretamente. A gente tem até passado de gabinete em gabinete, tocado nesse assunto quanto a essa Fundação, porque às vezes se pensa que ela seria uma solução, mas, se ela não for bem trabalhada, ela pode até se tornar um problema para toda a sociedade de modo em geral. Nós temos uma preocupação enorme com o que foi dito aqui, o próprio Promotor de Justiça falou em especialização da função socioeducativa no trato com os adolescentes e a gente vê com preocupação, por exemplo, um projeto que visa construir uma unidade com 90 vagas, porque o próprio Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente, a Resolução 119, ela prevê que cada unidade tenha 40 vagas, por quê? Como que se conseguirá especializar o atendimento para 90 pessoas? A gente pensa que a demanda seria enorme para conseguir, não é? Hoje, por exemplo, a minha unidade tem 30 e psicossocial

não consegue atender essa demanda com a qualidade que deveria atender e o que dirá de 90, como ficaria isso? 90 internos dentro de uma unidade. Então, a gente vê com maus olhos, essa ideia de 90 internos, porque você não conseguirá o objetivo que seria o foco como bem disse a Promotoria no adolescente, um atendimento especializado. A gente tem também como preocupação nessa Fundação, porque hoje a Coordenadoria de Atendimento ao Adolescente, embora que alguns de nós até critique o atual Coordenador, só que ela não tem autonomia de nada. Se eu estivesse lá, eu não faria nada além do que o que está lá, está fazendo, porque não existe autonomia. Então se cria, se for para de fato criar uma Fundação, que essa Fundação tenha requisitos objetivos para a função dos órgãos diretivos dela, o que a gente pretende que é o que a gente quer que seja apresentado como emenda, é que, como toda Fundação autárquica ou toda autarquia em regime especial, os seus diretores sejam eleitos dentre os pares, a exemplo das Agências Reguladoras, a exemplo da própria Universidade Federal de Rondônia, que é uma Fundação autárquica em regime especial, certo? Para quê? Para que esse Presidente com mandato definido tenha autonomia para trabalhar, possa exercer a socioeducação com a qualidade que hoje não se consegue. Hoje é simplesmente impossível que qualquer Coordenador consiga exercer a socioeducação da maneira que ela deveria ser. Outro ponto que também nos preocupa, que o nobre colega falou aqui sobre o plano de segurança, a gente quer que na criação dessa Lei seja previsto isso, embora o Dr. Tramontini tenha mencionado a ação civil pública promovida pelo MP, só que eu demorei quatro anos para tomar posse no IPEN, por conta de uma ação civil pública. Então se deflagra essa Fundação e nós vamos esperar quanto tempo? Até que o Estado se manifeste em criar esse plano de segurança, que a gente tenha uma garantia de Lei, de documentos que possam dizer: a sua atitude em determinada situação é essa, a sua atitude em determinada situação é aquela. Porque a gente tem feito, me perdoem a expressão, mas, é nas coxas. A gente tem feito a socioeducação nas coxas, porque a gente não tem mecanismos que implementem a segurança interna das unidades. Hoje não se pode usar, por exemplo, uma tonfa, para coibir uma agressão eminente, mas se algum de nós tenha usado da força moderada, a gente vai para a Corregedoria, mas, a gente não ouve nem uma menção honrosa ou elogio, quando a gente entra num alojamento como eu e o servidor Bruno, dois servidores com oito menores lá dentro, furando outro menor e encaramos na cara e na coragem e retiramos aquele adolescente lá de dentro. O que se fala a esse respeito? Nada. Então a gente precisa que haja menção na Fundação, na criação dessa Fundação se assim for, se os Deputados assim entenderem, um plano de carreira, a menção acerca dele, porque a gente sabe que ato regulamentar, as especificidades serão feitas outrora, mas, a gente precisa que haja essa menção, porque hoje se fala que o foco é o adolescente, mas, eu repito, não existe socioeducação sem o socioeducador. Então é uma via de mão dupla, a gente tem que priorizar os direitos e os deveres dos internos, dos adolescentes em conflito com a lei, mas, a gente também precisa se preocupar com quem vai tratar deles, porque do jeito que está, hoje, por exemplo, a gente não tem nenhum tipo de treinamento, a gente fez um curso de forma-

ção em 2015 e de lá para cá, nada acerca do nosso trabalho, aí quando se questiona que a gente: “socioeducador não está preparado”. Fui a uma reunião na Escola da Magistratura onde se jogou, tentou jogar toda a culpa das mazelas do sistema, no socioeducador. Só que o socioeducador não recebe nenhum tipo de preparo, o que a gente tem, a gente busca individualmente, então o Estado nesse sentido tem sido omissivo, então a gente precisa também que isso ocorra. E esse requisito que eu mencionei quanto ao Presidente, o SINASE para ser diretor de unidade sentenciada ou semiliberdade o cara tem que ter dois anos de experiência? E ter curso superior em área específica. Por que quê então não fará menção ao Presidente dessa Comissão requisitos objetivos e ao mandato definido, escolhido entre seus pares e nomeado pelo Governador do Estado, como é que toda e qualquer autarquia em regime especial. Eu não estou inovando aqui, não é uma falácia da minha parte, é o que está previsto em Lei. Então a gente precisa, se deflagrada essa fundação haja autonomia, por que aí eu digo a vocês se houver essa autonomia e o que está aí continuar? Ai sim, vocês podem apontar para o Socioeducador e dizer que a culpa tem vindo do Socioeducador, porque ele ganhou autonomia e não está fazendo jus a autonomia que lhes foi dada. Então essas são as minhas palavras, eu espero solucionar em algo e que esse debate continue até acharmos uma solução que seja pelo menos agradável a todas as autoridades aqui presentes. Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Os encaminhamentos nós vamos tirar em comum acordo com todos, nós estamos falando quase sempre a mesma língua, é um bom sinal. A questão do plano de segurança 120 dias ele ficará também até o final de fevereiro, menos que 120 dias, como o Plano de Cargos e o Estatuto.

Passar a palavra para o Éder Fernando Machado, Vice-Presidente do Conselho Regional de Serviço Social.

O SR. ÉDER FERNANDO MACHADO – Em nome do Dr. Tramontini eu cumprimento a todos e estamos aqui novamente, em agosto tivemos a 1ª Audiência Pública e como dizia na época, estava preocupado, a Secretária Sirlene pediu para formar uma comissão de Socioeducadores, foi criada procuramos a Superintendência de Assuntos Estratégicos para ajudarmos e para termos como andamento do estatuto da futura Fundação e não tivemos êxito nenhum, não sabemos de nada como até agora não sabemos. Não sabemos, e estamos em dúvida sobre como vai funcionar a Socioeducação como já foi debatido aqui com o Salcedo, o Átila, que é uma dúvida grande por que nós precisamos, hoje quando se diz que o Estado aplica a Socioeducação, mente. Não faz, faz de conta. Hoje o Socioeducador faz a segurança, faz o serviço de carcereiro infelizmente. Então esse plano de segurança tem que ter o Socioeducador que vai laborar a segurança da unidade, e o Socioeducador que vai trabalhar a Socioeducação. Enquanto nós não dividirmos essas duas áreas, nós não vamos conseguir fazer a Socioeducação. A dúvida também, o Deputado Léo falou, nós teremos mais Audiência Pública para debater sobre o estatuto, como vai ficar a situação dos Socioeducadores que hoje está na SEJUS, que vai ser extinta, talvez, e nós vamos para a Fundação, qual vai ser o nosso vínculo empregatício? A

dúvida de todos sobre isso. A Superintendência, a Superintendente Rosana, eu a procurei, ela falou que extraoficialmente, não posso dizer oficialmente, que era opcional o Socioeducador ir, eu penso que não, se o cargo for extinto da SEJUS como a Secretária Sirlene falou, eu penso que nós teremos só para a Fundação. Mas, a Superintendência extraoficialmente me disse que vamos ter essa opção. Penso que não teremos, por que o cargo vai ser extinto da SEJUS. Então nesses 120 dias, Deputado Léo, Deputado Anderson vamos olhar com bons olhos essa parte para a Socioeducação, por que hoje precisamos melhorar esse sistema. Hoje a Unidade I, fiquei sabendo, a Unidade I e Unidade II vão virar uma só Unidade, ou diminui uma unidade de internação; a Unidade II virará unidade provisória e a provisória hoje a semiliberdade. É outro sistema que o Socioeducador não está acostumado, que nós vamos ter que ver como é que vai funcionar. Então temos essas lacunas senhores, Deputado Anderson e o Dr. Tramontini, preocupação da Socioeducação, da segurança dos adolescentes da unidade, principalmente a segurança dos Socioeducadores, ainda mais que agora a internação está no Congresso, se eu não me engano, Dr. Tramontini, passará de 3 para 8 ou para 10 anos, nós vamos trabalhar com adolescentes até praticamente com 26 anos, não são adolescentes, teremos jovens adultos que os Socioeducadores sem arma, sem instrumento de defesa estará lidando. E muitos ligados a facções criminosas como sabemos, essa preocupação nós temos que ter, por isso esse debate é primordial e espero que tenhamos êxito nesses 120 dias, Deputado. Muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – A gente agradece ao Éder. Outra questão que tem que ser aventada aqui que não vai ser tão fácil aprovar essa minirreforma administrativa, nós estamos discutindo especificamente a questão da SEJUS. Segunda-feira é uma grande audiência pública do Deputado Anderson para discutir a extinção, hoje a discussão sobre a fundação, mas, nós temos várias outras Secretarias que também estão afetadas aí, são prejudicadas, nós temos inclusive a falta de equidade no debate de cargos comissionados e funções gratificadas, por exemplo. O gestor financeiro de diversas Secretarias ganha o CDS de nº 9, o CDS da Superintendência de Assuntos Estratégicos para o Gestor Financeiro é CDS 11, então não faz muito sentido, parece que tem uma incongruência no próprio bojo do projeto, então é bom que vocês saibam que a gente já está deixando consignado que até o final de fevereiro independente vão ter que nos apresentar o plano de cargos, o plano de segurança, o estatuto do servidor, bem como a resolução dos concursados aprovados, pode ser que isso já esteja pronto até mesmo antes da aprovação final dessa minirreforma, se é que ela venha acontecer. É importante que vocês saibam disso, que vocês possam se situar nesse debate político que não vai ser fácil. Deputados, outros Deputados que defendem outras matérias já têm demonstrado insatisfação, tem questão do DER, tem questão da SEPOAD que vai ser extinta e querem também acabar com a parte da Coordenadoria que ouve os conselhos, que faz o debate democrático a respeito da representatividade popular, então tudo isso está incluído nessa reforma administrativa, é bom que vocês saibam, então a gente está se antecipando, está antevendo o que pode acontecer. O Deputado Anderson

tem mais um encaminhamento antes de nós lermos a finalização da nossa audiência.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON – Só uma sugestão de encaminhamento, eu estava conversando com o Dr. Tramontini aqui, nós sabemos, todos nós sabemos que o sistema socioeducativo, os socioeducadores servidores tiveram por um erro, vamos dizer assim, da escola do sistema prisional, a escola que hoje existe uma formação vamos se dizer, equivocada para a sua atividade fim, assim como aconteceu com a minha turma que nós tivemos uma formação pela Academia da Polícia Civil, que não existia a Escola Penitenciária, a gente chegou dentro dos presídios achando de fato que era polícia, porque tivemos uma formação feita por policiais. O Sistema Socioeducativo não foi diferente, eles tiveram uma formação por agentes e saíram e alguns treinamentos, inclusive, coisas que eles nem iam chegar perto daquilo, e qual foi à sugestão que inclusive eu quero dá como encaminhamento, que chegue até o Executivo, vai chegar agora no Judiciário, no Ministério Público, nós sabemos que as legislações Sistema Socioeducativo e Penitenciário são totalmente diferentes, já houve essa falha no Governo na formação do servidor, a minha sugestão de encaminhamento é o Executivo, isso é legal, ele pode fazer, extinguir o cargo de socioeducador transformando em carreira do sistema prisional, dando uma formação técnica para ele e faria um concurso, aí já faria um concurso para a área, para a atividade fim de socioeducador com a formação técnica específica. Eu estava conversando com o Dr. Tramontini, ele gostou, inclusive, da ideia, achou interessante. O Governo vai alegar o custo, o gasto, hoje é uma média de quase 500 socioeducadores no Estado de Rondônia, o custo disso é alto, mas, se querem fazer políticas públicas sérias, se querem de fato desenvolver, fazer com que o Sistema Socioeducativo funcione, o primeiro ponto que tem se fazer isso. Porque hoje os que estão lá, além de alguns que já foram agentes, que eram agentes emergenciais e agora são socioeducadores de carreira, alguns tiveram essa formação, vamos se dizer que distorcida, então o Governo tirando eles, deixando na SEJUS como Agente Penitenciário, transformando o cargo, dando a capacitação que ficou pendente para o cargo, para eles, extinguindo o cargo deles, fazendo concurso aí nós vamos ter resultados totalmente diferentes no Sistema Socioeducativo, na recuperação do menor infrator. Então, eu coloco, Deputado Léo, V. Ex^a que é o proponente desta audiência, como sugestão de encaminhamento ao Executivo, a Secretária Sirlene está aqui, essa sugestão de extinção desse cargo, transformando em Agente de carreira, vai resolver parte do efetivo hoje que está em déficit no sistema prisional transformando os socioeducadores em Agentes Penitenciários, extinguindo esse cargo deles, criando um novo cargo com outra finalidade, fazendo um novo concurso. Porque aí sim algumas questões que eu conversei, que são bem peculiares do sistema que acontece hoje, vai mudar totalmente. Dr. Tramontini concordou e é interessante, então eu coloco como sugestão de encaminhamento para o Governo pensar nessa questão. Porque tem muito socioeducador que é quase Agente Penitenciário e ele já foi Agente Penitenciário, transformando, extinguindo o cargo, fazendo um novo concurso, vai totalmente mudar o erro que foi cometido e eles vão ter uma nova formação desse novo concurso totalmente preparado, e,

própria para aquela atividade fim. Essa é a minha sugestão de encaminhamento.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – A gente vai colocar aqui em discussão, eu acho que vai ter a unanimidade esta votação deste encaminhamento a gente já coloca no nosso termo final. Lembrando que nós temos, que o Deputado Anderson também defende, que é a convocação dos aprovados, os socioeducadores, de modo que eles já possam estar contemplados neste encaminhamento, para que façam a Academia já conforme esta necessidade, para que a gente não deixe eles neste momento desassistidos, até porque existe uma necessidade de um maior efetivo, só para não ter nenhum problema de interpretação. Tudo bem? Tudo bem, então.

O Deputado Jesuíno vai falar e logo depois o Dr. Gabriel Tomasete.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Senhor Presidente, em nome de Vossa Excelência cumprimento todas as pessoas presentes; a Daihane, Presidente da Associação, Sindicato; ao Ministério Público; ao Judiciário, Dr. Tramontini. A gente fica vendo e assistindo hoje nesta Casa, nesta Legislatura realmente o exercício pleno da democracia. Quando nas outras épocas a gente assistia apenas um projeto sendo discutido e aprovado em Sessões de forma bem célere. Hoje como eu posso dá exemplo da matança; matança que eu falo do manejo dos búfalos. Este projeto tramitou por mais de seis meses nesta Casa com diversas audiências, com diversas discussões e debates. E, aí, vem a minha pergunta: 3ª reforma administrativa no Governo Confúcio, esta vai ser a 4ª ou a 5ª, com detalhe com diversas alterações, com diversos encaminhamentos para esta Casa. Uma situação totalmente atípica de um Governo que se finaliza, que se finda, que já se passam três anos sem nenhum aumento para o servidor público, e com a desculpa, com a balela de querer conter gastos. Eu sinceramente como eu disse, e, volto a dizer, como eu fiz o meu discurso, sou contra, totalmente contra. Não é o momento oportuno para a gente discutir qualquer extinção, qualquer ação de governo que possa trazer um prejuízo ou qualquer situação precária no sistema penitenciário. Servidores estes que labutam na sua maioria das vezes sem condições mínimas, sem condições mínimas de laborar, apenas com pressões externas, com ações totalmente civis públicas inerentes ao trabalho. Então uma situação que eu vejo desnecessária, ainda mais no final do ano. No final do ano que a gente sabe que facções se levantam, que criminosos se levantam, que tentam a todo o momento fazer motim, revoltas, e isso vai ser uma desculpa, inclusive, para derrubar o presídio. Eu vejo o Secretário Marcos Rocha, salvo engano, parece que nem foi ciente desta reforma administrativa como outros Secretários, foi feito apenas com a Rosana, salvo engano, SEPOG, encaminharam para o Governo, e o Governo mandou para esta Casa. Todos os procedimentos regimentais, todos os procedimentos constitucionais serão feitos, serão tomados. Estas são as audiências públicas que serão chamadas através do socioeducadores, agentes, que tem aqui Deputado Anderson, Deputado Léo Moraes, que entende também que estão sempre à frente. Mas eu ainda tenho várias audiências de instrução legislativas para discutir esta reforma. E não vai ser assim para passar esta reforma adminis-

trativa no Governo. Eu já conversei com o Líder do Governo e se fosse de bom senso, o meu pedido seria a retirada deste projeto de tramitação. Que venha outro Governo, que venha outra legislatura, mas nesta situação em que nós estamos vivenciando eu vejo que não é o momento. Agora quanto à questão dos Agentes Socioeducadores, já que já existe uma PEC tramitando no Congresso Nacional aprovada no Senado, só falta agora ser chancelada na Câmara dos Deputados, que cria a Polícia Penal, já que existe este aceite por parte do Governo em transformar em uma Fundação, então faça uma discussão apartada, faça uma discussão apartada com esses pontos e mande o Projeto de Lei. Mande o projeto de Lei para a gente discutir estes pontos, com Estatuto, com Plano de Cargos e Salários e aí, sim, tudo atrelado, iremos aprovar este Projeto. Como eu disse até para o Dr. Marcelo na reunião, é fato que será concretizado, a Polícia Penal daqui a um tempo, um próximo tempo já é um fato existente. Espero que seja este fato realidade, mesmo que possa isso ser consagrado, que vocês se tornem Agentes de Força de Segurança. E com isso também vocês irão também galgar o direito de estar dentro de uma Secretaria, com orçamento próprio e com o financeiro, que é a nossa preocupação. Mas neste exato momento, Deputado Léo Moraes, sou solidário a sua causa e no que depender de mim, como o Presidente da Comissão de Segurança Pública, Vossa Excelência como vice-presidente, estaremos aqui à disposição e fiz questão de estar aqui presente com vocês e dizer que sem luta não há vitória e só está tendo esta oportunidade porque nós temos Deputados aqui que estão comprometidos com a causa de vocês. Boa tarde a todos. Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Vamos passar a palavra para o Dr. Gabriel Tomasete.

Quem é o Antônio Cardoso? Antônio Cardoso vai falar rapidamente e nós vamos fazer o nosso encaminhamento para saber se é unanimidade para aprovar. Tudo bem? Vamos lá.

Por favor, Dr. Gabriel.

O SR. GABRIEL TOMASETE - Boa tarde, Deputado Léo Moraes. Parabenizar pela propositura da Audiência. Cumprimentar também o Deputado Anderson, que a fala dele o SINGEPERON encampa e a propositura foi bastante pertinente, considerando todo o contexto e uma especial boa-tarde a todos os servidores, que essa é a razão principal do SINGEPERON. O SINGEPERON, Deputado Léo, que é o legítimo representante da categoria, com mais de três mil filiados e com um histórico de luta muito importante nesse governo. É um Sindicato extremamente vigilante e que desde que soube dessa reforma muito significativa, impactante na vida desses servidores que aqui estão, tem se posicionado firmemente para buscar aclarar essa situação. E aqui, cumprimentar o Dr. Gandolfo, ele fez uma ponderação bastante importante no sentido de quem estará à frente dessa Fundação, e realmente, no passado, o histórico da extinta FASER não trouxe uma experiência exitosa. Então é muito importante a fala do Dr. Gandolfo nesse sentido. Meu colega de OAB, Dr. Ezequiel Roque fez uma ponderação e fez muitos questionamentos, o que é que vai mudar na prática. Então, de que é que adianta mudar a nomenclatura, se a gente não sabe de absolutamente nada do que vem de política.

Com todo respeito a todo planejamento prévio, nós não estamos aqui, Dr. Tramontini, mudando o posicionamento, mas reflexões que foram trazidas aqui hoje nos trazem o dever de trazer esses questionamentos de forma pública. Confio demais no trabalho da Sirlene, tive a satisfação de trabalhar ao lado dela na SEJUS, é excelente técnica, é uma pessoa que quando assevera sua palavra, a gente pode ter essa confiança, mas, Dr. Tramontini, o Governo do Estado, desde 2010, antes da primeira eleição, firmou vários compromissos com essas categorias sofridas que aqui estão, e não cumpriu nada, nada. Compromissos assinados pelo Governador do Estado, pelos Secretários de Estado, Mesa de Negociação, e não são cumpridos. Então me causa muita preocupação esse encaminhamento, Deputado Léo, de 120 dias para discutir como fica a situação jurídica desses servidores, e aí, e depois, se isso for ignorado? Então a propositura do SINGEPERON encampando, a fala do Deputado Anderson, foi muito pertinente, é: caso não seja acatada a sugestão do Deputado Anderson, que então não se aprove nada até deixar claro como ficará a situação de cada um de vocês aí, porque senão depois o governo não faz e esse pessoal fica a ver navios, como já vimos esse filme. Então rogo nesse sentido, até porque, como já colocado por alguns servidores que vieram aqui, de nada adianta uma Fundação com um nome bonito se quem está lá na ponta não tem atenção, não tem capacitação, não tem segurança, não tem efetivo, e aí? Não tem atenção nenhuma. Então a gente corre o risco disso daqui ser uma situação para inglês ver. Quero dizer para os senhores, como pessoa que já atuou no sistema, que o mais importante está ali, são eles, os servidores que estão lá na ponta segurando tudo isso. Digo isso porque quando estava lá, está aqui a Fátima que não me deixa mentir, a gente atuava lá dentro, a gente conhecia a realidade cara a cara, com cada um deles. Então é importante que haja esse mesmo respeito aqui hoje e esse é o registro e o pedido do SINGEPERON. Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito bom. A gente agradece ao Dr. Gabriel Tomasete. Passamos a palavra para o senhor Antônio Cardoso.

O SR. ANTÔNIO CARDOSO – Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa em nome do Deputado Léo Moraes e os colegas que estão presentes neste auditório. A minha preocupação, como todas as falas que me antecederam, e eu serei bem breve porque eu também não sou bom de discurso para isso, mas, a minha preocupação reside nos dados históricos que a gente tem. Eu sou de 2009, a primeira Academia, portanto, e lido com essa situação de socioeducação desde 2009. No entanto, eu tenho feito umas leituras, que a questão dos socioeducativos começa nos anos 90, com a edição da Lei 8.069, até então nós não tínhamos um sistema socioeducativo no País até 1989, nós tínhamos o sistema prisional. E aí isso constituiu em cima de uma cultura. Para se desfazer uma cultura, a gente não se desfaz dela em pouco tempo, demora muito, muito trabalho, requer muita ação e requer muito comprometimento daqueles que têm o poder de tomada de decisão. O que eu vejo, nós criamos o Sistema Socioeducativo, em Rondônia, a partir dos anos 90, como uma Fundação, essa Fundação é desfeita posteriormente, é transformada no Sistema Penitenciário –

SIAPEN. O SIAPEN é transformado em SEJUS, em 2007, e 10 anos depois nós estamos transformando novamente em uma Fundação. Ou seja, nós estamos indo e estamos voltando nesse processo. É um erro? Não é. No meu ponto de vista é uma tentativa de acerto, nós estamos tentando acertar. E por que é que nós estamos querendo acertar? Porque nós queremos prestar um serviço de qualidade para a sociedade, dar o retorno que a legislação promete, mas, o modo operacional não proporcionou isso ainda e por que não proporcionou? Porque nós temos um histórico que é de aprisionamento, que é de isolamento. Nós não temos um histórico de tratamento de políticas voltadas para recursos humanos, e recursos humanos envolve não só aquele que está isolado, mas envolve também o trabalhador. Nós estamos nessa situação, e eu quero trazer uma experiência minha aqui de 2009, quando eu estava com 20 dias de posse no serviço público, eu tive uma experiência na Unidade II, que é onde eu ainda estou, de uma tentativa de fuga em massa de um alojamento que tinham 09 adolescentes, quando nós tínhamos 03 colegas para atender àquela situação. E naquela situação, eu sofri um acidente, fraturei a minha mão direita e os advogados que concluíram a fala a pouco, tentaram até falar com o Secretário Adjunto, talvez ele até não tenha esse conhecimento, mas, eu trabalhei o restante do meu tempo todinho, que eu peguei 05 dias de atestado apenas, e trabalhei até curar a minha mão inteirinha, com a mão enfaixada, dentro daquela mesma Unidade. Não procurei recuar, porque não tinha..., a condição era aquela mesma. A fisioterapia eu fiz por conta própria, paguei o tratamento, 06 meses de fisioterapia, até a mão voltar a funcionar, que ela ficou imobilizada por algum tempo. Então eu penso, o meu pensamento: um trabalhador, quando sofre consequências, você, dentro do serviço público, primeiramente você é chamado a ser ouvido numa Corregedoria para você dá resposta daquela situação da qual você foi vítima, você ainda vai responder por aquilo. E eu fico pensando, se nós analisamos empresas, grandes empresas, e eu não estou comparando grandes empresas privadas com o serviço público, que não é compatível fazer. Mas se nós pensamos em excelência de serviço prestado e as empresas que pensam nisso e que querem dar retorno aos seus clientes, no nosso caso aqui, a sociedade é esse cliente, nós precisamos fornecer condições de trabalho ao servidor público. Nós hoje, dentro desse Sistema Socioeducativo, nós vivemos uma exposição total. Exposição de fatores externos e exposição de fatores internos à Unidade. Por que isso? Porque nós estamos com baixo efetivo, como todo mundo já sabe disso, todo mundo já falou, mas eu penso, como se quer, o que se cobra tanto hoje? O Ministério Público, o Judiciário, Conselho, Centro de Defesa, todo mundo cobra e eu, como cidadão também quero ter o mínimo de segurança. Eu quero andar na rua seguro, eu quero andar na rua sem ter a certeza de que na próxima esquina eu serei assaltado, como já fui uma vez. E como é que a gente vai fazer isso? Atuando no Sistema Socioeducativo como está, é possível minimizar? É. Não digo que é possível resolver, é possível minimizar a situação, mas, para que minimize essa situação, nós precisamos aproveitar esse momento dessa trans-

formação de Secretaria em Fundação, que se crie um serviço de apoio ao servidor. Porque o servidor hoje, sofre acidente de trabalho, porque isso é considerado acidente, eu tive a mão lesionada, os colegas já tiveram costela fraturada, mas, nós não temos serviço de apoio, inclusive, nós não temos o atendimento psicológico que devíamos ter. Nenhum servidor hoje, depois que ele sofre acidente é chamado num determinado local, por um psicólogo, por alguém para saber: "como é que está a sua situação? O que é que você está passando, como é que você está vivendo?". Não. Você primeiramente é chamado à Corregedoria. É lá que você vai se explicar, mas, ter o serviço de apoio, isso não temos. Então é o meu questionamento, o meu pensamento é nisso, se temos que fazer algo e queremos dar uma resposta positiva para a sociedade, com qualidade na prestação de serviço, nós queremos dá uma resposta com efetivação de serviço, primeiramente nós temos que melhorar a condição de trabalho do servidor público, no caso seja o socioeducador ou agente penitenciário. Mas sem isso, sem você melhorar a condição de trabalho do seu efetivo, você não dá resposta satisfatória à sociedade. Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Bem, nós estamos aqui praticamente encerrando a nossa Sessão. Eu vou fazer uma leitura, acho que o Dr. Marcelo Tramontini ainda quer fazer uso da palavra.

O SR. MARCELO TRAMONTINI – Só fazer um encaminhamento rápido aqui, final, em razão dessa excelente ideia aqui do Deputado Anderson, que trouxe, dessa questão, de repente, aproveitar o quadro atual de socioeducadores de serem levados, permanecerem na SEJUS, como agentes penitenciários Isso fez a cabeça da gente aqui a mil, pensando em como isso poderia ser feito, a constitucionalidade disso e como que seria, de repente, um novo concurso, a questão da oneração de folha e dos limites de orçamento do Estado, eu faço o encaminhamento para o estudo também que, de repente, se essa ideia for viável, legal, constitucional, para esvaziar um eventual discurso sobre a oneração da folha, já que teria que fazer um novo concurso e contratar esses futuros socioeducadores, que se estude a possibilidade disso ser feito via parcerias públicas/privadas, já que a fonte de recurso pode ser diversa e que esses novos socioeducadores para tocar essa Fundação, as novas unidades de internação, que eles sejam então contratados. O Estado contrate empresas, via parceria pública/privada ou outro modal, outro modelo, como já existe em alguns Estados para se copiar e que essa Fundação, então, ou essa autarquia ou instituição que for criada, utilize desse mecanismo, aproveitando a ideia que o Deputado aqui deu. Era esse encaminhamento que eu queria fazer também.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Nós vamos já discutir através da próxima Instrução Legislativa, Deputado Jesuíno, essa proposta do Dr. Marcelo Tramontini, sem prejuízo da pro-

posta do Deputado Anderson e também do aproveitamento dos socioeducadores aprovados no último concurso, que devem ser chamados pela falta de efetivo, que eles não terão prejuízo nessa proposta do Deputado Anderson e também com a colaboração do Dr. Marcelo Tramontini.

Vamos à leitura:

“O Senhor Deputado Léo Moraes, para finalizar e após todos os debates e discussões dos participantes, passou à leitura do seguinte encaminhamento:

01 – Que deverá ser observada a decisão tomada na Audiência de Instrução Legislativa, ocorrida dia 13 de novembro, e que seja suprimida a palavra ‘subordinação’ no artigo 76 do Projeto de Lei Complementar de 24 de outubro de 2017, e prazo de 15 dias, que já está contanto, para a MENP se posicionar sobre o chamamento dos aprovados no concurso de socioeducador, realizado no ano de 2015, pela SEJUS. Prazo até o final de fevereiro de 2018 para entrega da minuta do Estatuto dos Servidores, do PCCR, além do Plano de Segurança, que poderá ou não estar incluído no Plano de Cargos.

02 – Que os socioeducadores sejam transformados em agentes penitenciários e que os aprovados no último concurso sejam aproveitados sob esse novo formato.

É isso, gente? Todos de acordo? Todos de acordo. Então todos de acordo, nós vamos concluir. No mais, “nada mais havendo a tratar, o senhor Deputado Léo Moraes declarou encerrada a presente Audiência Pública. Plenário das Deliberações, 16 de novembro, às 17h18min do dia 16 de novembro do ano de 2017”.

Nós agradecemos e pedimos para que as autoridades aguardem para assinar a nossa ata, e logo mais, invocando a proteção de Deus, encerramos a Audiência e convidamos para o coffee break que será servido a todos vocês. Muito obrigado e parabéns.

**(Encerra-se esta Audiência Pública às
17 horas e 18 minutos)**

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 875/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder a complementação de 01 (uma) diária para o dia 25/11/2017 aos servidores relacionados que se deslocaram a cidade de Brasília - DF, para participarem do Seminário de Contratação e Gestão da Terceirização na Administração Pú-

blica, onde foram abordados os principais destaques da contratação de serviços terceirizados consoante a nova IN 5/17-MPDG/SEGES, conforme Processo nº. 00017553/2017-17.

Matricula: 200163708
Nome: Milton Neves de Oliveira
Cargo: Superint. de Comp e Lic
Lotação: Sup. Comp. e Licit.

Matricula: 200164174
Nome: Everton José dos Santos Filho
Cargo: Presidente da Com Per
Lotação: Sup. Comp. e Licit

Matricula: 200161749
Nome: Carla Maiza Silva de França
Cargo: Assessor Técnico
Lotação: Sup. Comp. e Licit.

Matricula: 200164141
Nome: Candrica Madalena Silva
Cargo: Secret Administ.
Lotação: Gab. da Sec. Administrativa

Porto Velho - RO, 07 de Dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº 876/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 10 a 13/12/2017 ao servidor relacionado, que irá participar da reunião na Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas ABEL e no Interlegis, na cidade de Brasília - DF, conforme Processo nº. 00018387/2017-34.

Matricula: 200163146
Nome: Isaque Lima Machado
Cargo: Diretor Geral
Lotação: Esc.Legislativo

Porto Velho - RO, 07 de Dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº 877/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos

termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 10 a 13/12/2017 ao servidor relacionado, que irá assessorar o Diretor Geral da Escola do Legislativo, na reunião da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas ABEL e no Interlegis, na cidade de Brasília - DF, conforme Processo nº. 00018387/2017-34.

Matricula: 200163973
Nome: Lucivaldo Evangelista de S. Junior
Cargo: Assist. Técnico
Lotação: Dept. Informática

Porto Velho - RO, 07 de Dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2449/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

FLAVIA RENATA METCHKO, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Técnico, código AT-28, no Departamento de Engenharia, a contar de 1º de dezembro de 2017.

Porto Velho, 04 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2483/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve;

CONCEDER:

Afastamento remunerado a servidora **NOELY MARIA CARVALHO DE LIMA LOPES**, matrícula nº 100007048, Cargo de Técnico Legislativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, lotada no Gabinete do Deputado Edson

Martins, até a homologação de sua Aposentadoria nos termos do Art.13, da Lei Complementar nº 1068/2002 e Processo nº 00016038/2017-11.

Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Porto Velho, 06 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2482/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve;

CONCEDER:

Afastamento remunerado a servidora **IVANETE QUINTELA DA SILVA BENGNIINI**, matrícula nº 100002600, Cargo de Auxiliar Administrativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, lotada no Departamento de Cerimonial, até a homologação de sua Aposentadoria nos termos do Art.13, da Lei Complementar nº 1068/2002 e Processo nº 0017383/2017-30.

Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Porto Velho, 06 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº017/2017-SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 178, II, da Lei Complementar nº 68/92 e, **CONSIDERANDO**, o que restou apurado pela Corregedoria Administrativa através do Processo Administrativo Disciplinar nº 005/2017, datado de 11.08.2017.

RESOLVE:

Art.1º. ARQUIVAR, o Processo Administrativo Disciplinar nº 005/2017, pela não ocorrência de infração disciplinar.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, 07 de dezembro de 2017.

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral ALE/RO

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2017/CPP/ALE/RO
Processo Administrativo nº 14484/2017-11

A **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO**, por meio de sua Pregoeira, ao final firmado, designada através do **ATO Nº 2250/2017-SRH/P/ALE**, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se encontra autorizada à realização do certame, consignando o que se segue:

TIPO: Menor Preço.

BASE LEGAL: Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, as disposições da Lei nº 10.520/02, dos Decretos nº 5.450/05, 7.892/13, 8.538/15 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.

OBJETO: **Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de gestão de manutenção corretiva e preventiva de veículos da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia**, a pedido do **Departamento de Logística**, para atender as necessidades da **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia**, conforme descrição detalhada no Termo de Referência e anexos do Edital.

VALOR ESTIMADO: **R\$ 525.895,72** (quinhentos e vinte e cinco mil, oitocentos e noventa e cinco reais e setenta e dois centavos).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Dia: **20 de dezembro de 2017**, Hora: **12h00min.**

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Dia: **20 de dezembro de 2017**, Hora: **12h30min.**

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes-e.com.br

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:

✓ www.ale.ro.gov.br - (Licitações); www.licitacoes-e.com.br; Esclarecimentos: cpl@ale.ro.gov.br; Telefone/FAX: (0xx) 69-3216-2732

Porto Velho-RO, 07 de dezembro de 2017.

Lourdes Terezinha Lena
Pregoeira CPP/ALE/RO